



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Nº. 3/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe apresentaram a proposta que a seguir se transcreve:--

-----“Piscinas Municipais – Proposta:-----

-----Os vereadores do Partido Socialista alertam para as condições de funcionamento da Piscina Municipal, contata-se que os índices de humidade presentes no ar das instalações são elevadíssimos, superiores a 90%, representam uma séria ameaça à saúde pública, nomeadamente para os funcionários e utentes.-----

-----Há mais de dois anos que o equipamento desumidificador se encontra inoperacional,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

gerando um ambiente propício ao desenvolvimento de micro-organismos nocivos à saúde. ----

-----Tenhamos todos presente as ocorrências em 2017 que levaram ao encerramento temporário por duas vezes daquele equipamento.-----

-----Urge intervir, substituir o equipamento de desumidificador, substituir caixilharias e vidros, tornado o equipamento mais eficiente ao nível energético, tal como proposto pelo Partido Socialista no seu manifesto.-----

-----A preocupação do executivo do PSD foi lavar a cara ao equipamento com uma nova pintura que em nada contribuiu para a resolução do problema e constata-se que passados poucos meses o índice de humidade existente provocou uma acelerada degradação do estado das paredes e teto da piscina.-----

-----Registe-se também que foi alterado o sistema de aquecimento de águas de gás natural para pellets, os vereadores do Partido Socialista desde já manifestam a intenção de comparar os custos de funcionamento do equipamento com esta alteração, pretendendo assim avaliar se esta será uma melhor solução para a redução de custos de funcionamento."-----

-----O Senhor Presidente informou que o processo de aquisição e instalação do desumificador encontra-se em desenvolvimento e será instalado logo que adjudicado.-----

II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 17/01/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria nº.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

25 referente ao dia 06/02/2018 e depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.1.1.-Estacionamento e Mobilidade nos Centros Urbanos:-----

-----Foi presente a circular referência 5/2018-PB, de 08/01/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando conhecimento da comunicação que lhe foi endereçada pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, que contém uma exposição do Provedor – Adjunto de Justiça, relativa ao Estacionamento e Mobilidade nos Centros Urbanos.

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.1.2.-Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão:-----

-----Foi presente a circular referência 8-PB/2018, de 12/01/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, informando que os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão atualmente em vigor celebrados entre os municípios e o concessionário, aproximam-se, na generalidade dos casos, do seu termo.-----

-----Foi entretanto publicada a Lei nº. 31/2017, de 31 de maio, que aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessão destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade em baixa.-----

-----Em execução do previsto no artigo 7º., da Lei nº. 31/2007, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº.5/2018, de 11 de janeiro, que define o programa das ações e dos estudos a desenvolver pela ERSE e, bem assim, dos diversos atos a aprovar e quais os prazos respetivos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.1.3.-Defesa da Floresta contra Incêndios – Redes Secundárias de Faixas de Gestão de combustível, artigo 153º. da Lei nº. 114/2017, de 29 de dezembro:-----

-----Foi presente a circular referência 11/2018-PB, de 24 de janeiro, da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento do documento aprovado pelo Conselho Diretivo daquela Associação relativo à problemática decorrente do regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível (artigo 153º. da Lei nº. 114/2017, de 29 de dezembro).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.1.4.-Serviço Postal . Situação dos CTT:-----

-----Foi presente a circular referência 13/2018-PB, de 24 de janeiro findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual dá conhecimento da posição aprovado pelo seu Conselho Diretivo relativa à situação dos CTT, enviada à Assembleia da República.---

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.1.5.-Protocolo de Cooperação celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Dignitude:-----

-----Foi presente a circular referência 12/2018-PB, de 24 de janeiro findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual dá conhecimento e remete o Protocolo celebrado entre a ANMP e a Associação Dignitude que tem por objeto estabelecer e articular um espaço de colaboração para o prosseguimento comum dos objetivos do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento.-----

-----O Programa tem por objetivo garantir o acesso ao medicamento em ambulatório por parte de qualquer cidadão que, em Portugal, se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.2.-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO:-----

4.2.1.-Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações permanentes afetadas pelos incêndios:-----

-----Foram presentes os e-mails da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, datados respetivamente de 22 e de 26 de janeiro findo, através dos quais remetem o ponto da situação, por município, dos danos nas habitações permanentes afetadas pelos incêndios de 15 de outubro, bem como dos pedidos de apoio/formulários enviados e validados

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.2.-Delegação de Competências CCDDR Centro – Despacho MPI:-----

-----Foi presente a comunicação, de 26 de janeiro findo, da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, dando conhecimento de uma Resolução do Conselho de Ministros que autoriza a CCDDR Centro a fazer despesas nas empreitadas superiores a 7 milhões de euros. Os procedimentos superiores a sete (7) milhões de euros a autorização tem que ser dada pelo Conselho de Ministros.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU:-----

-----Foi presente o ofício referência 2018/09, de 09/01/2018, da Assembleia Municipal de Viseu, dando conhecimento do teor do Voto de Pesar aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no pretérito dia 22 de dezembro relativo aos Incêndios de outubro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:-----

5.1.1.-Processo nº. 186/2017 de Comparticipação de Manuais Escolares apresentado fora de prazo – Indeferimento:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Maria Aparecida Dutra através do ofício refe-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

rência número 8, de 4/01/2018, da decisão aprovado na Reunião de Câmara de 20/12/2017, relativamente ao projeto de indeferimento do processo nº. 188/2017 de comparticipação das fichas de atividades dos manuais escolares para o 1º. CEB, por não cumprir o prazo para apresentação do pedido de atribuição conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 23/08/2017 e publicitado através do Edital nº. 21/2017, o Senhor Presidente informou que terminou o prazo do período de audiência prévia para requerente se pronunciar nos termos do Código do Procedimento Administrativo, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 20/12/2017, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação.-----

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias - Ratificação dos Processos nº.s 1 e 2/2018:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº.1 e 2 de 2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-SERVIÇOS CULTURAIS DESPORTIVOS E RECREATIVOS:-----

6.1.1.-Plano de Atividades Culturais e Desportivas 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Plano de Atividades Culturais e Desportivas que apresenta um conjunto diversificado de atividades a desenvolver ao longo do ano de 2018.-----

-----A calendarização foi pensada de forma a proporcionar uma programação regular, com uma oferta diversificada. Na programação foi deixado espaço para que outros agentes de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

intervenção cultural de Mortágua possam, também eles, levar a cabo as suas atividades.-----

-----Houve a preocupação em projetar ações que mobilizem as associações num espírito proactivo de cooperação, para que estas sejam agentes dinamizadores no seio das suas comunidades.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar o Plano de Atividades Culturais e Desportivas de 2018.-----

6.2.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.2.1.-Secção de Karaté do Mortágua Futebol Clube – Apoio atividade 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro para a atividade desportiva da Secção do Karaté Shukokay do Mortágua Futebol Clube, datado de 20/09/2017, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, o Mortágua Futebol Clube, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes promovendo e fomentando a prática desportiva.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 9.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de apoio às suas atividades regulares de 3.500,00€ no corrente ano, a transferir por três tranches e nos meses de março, junho e outubro.”-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Senhor Nelson António Rodrigues Filipe, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

6.2.2.-Velo Clube do Centro – Apoio época de 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta do Velo Clube do Centro, datado de 25/1/2018, através da qual renova o pedido financeiro para a época desportiva de 2018.-----

-----Como tal informa que após longa reflexão decidiram dar em 2018 o passo que há muito era pretendido e ambicionado.-----

-----A Federação Portuguesa de Ciclismo irá para a época de 2018 atribuir 3 licenças para equipas Continentais UCI de Formação, em que 80% da equipa será composta por ciclistas com menos de 25 anos. No seguimento da sua política de captação e valorização de jovens promessas do ciclismo nacional, continuará à procura de novos talentos para lançamento num calendário internacional e nacional mais ambicioso.-----

-----A subida de escalão significa a participação em provas internacionais, tais como Volta a Portugal, com um maior impacto mediático, proporcionando também diretos na televisão, reportagens televisivas e um maior acompanhamento dos média.-----

-----Como consequência o orçamento irá aumentar consideravelmente de 100.000 € (época de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2017) para 300.000€ (época de 2018). Tendo em conta os avultados investimentos realizados e a realizar pelo clube, tais como: inscrição na UCI; aumento de frota automóvel (autocaravana, camião-oficina); e para oferecer aos ciclistas, treinadores, mecânicos, massagistas e Staff em geral as melhores condições solicita um reforço significativo do apoio concedido em 2017 para poder ter os resultados e visibilidade mediática desejados e pretendidos.-----

-----A Equipa será conhecida, denominada e inscrita como Continental UCI: Miranda-Mortágua.-----

-----Mortágua será mencionado nos equipamentos oficiais de treino e competição, na frota automóvel nas laterais em destaque, redes sociais, website, comunicados de imprensa e apresentação oficial aos média, sócios e simpatizantes.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local de manifesto interesse público, e que o pedido se enquadra na alínea c), do número 1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano do subsídio no valor de 40.000,00 €, sendo 20.000,00 € para atividade e 20.000,00 € e para investimentos, nos termos do Protocolo a celebrar, e a transferir após a assinatura do Protocolo”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (Correntes) e 080701 (investimentos) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, 2018/5041- Investimentos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.2.3.-Associação Cultural e Recreativa da Benfeita – Manutenção/Conservação de Trilhos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício, datado de 17/01/2018, da Associação Cultural da Benfeita, dando conhecimento que na sequência do trabalho desenvolvido em anos anteriores na criação de percursos que permitem a prática de desportos de natureza como o BTT, as caminhadas e o Trail Running, há necessidade de proceder à reposição da sinalização arvida no incêndio de 15/10/2017.-----

-----Assim solicita que a Câmara Municipal lhes conceda um apoio para a aquisição e para a manutenção/conservação dos trilhos criados por aquela Associação.-----

-----Para aquela fase, a estimativa para a aquisição de sinalização será da ordem de dois mil euros (2.000,00 €) e a manutenção e a colocação/reposição de sinalização será na ordem dos quatro mil (4.000,00 €).-----

-----Salientam que parte dos troços já criados serão palco no dia 12/05/2018, da “Bairrada Ultra Marathon”, uma das provas de BTT mais emblemáticas do país, com partida e chegada em Águeda.-----

-----Salienta que o núcleo de BTT daquela Associação continuará disponível para continuar a dinamizar aqueles percursos e a mante-los operacionais, mas para isso, é necessário o apoio da Câmara.-----

-----O Senhor Presidente, considerando a importância da criação e manutenção/conservação dos trilhos quer para a prática de desportos de natureza quer para a promoção dos recursos naturais do Concelho, e que o pedido se enquadra na alínea c), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano de um subsídio no montante de seis mil euros (6.000,00 €), sendo dois mil euros (2.000,00 €) para investimentos e quatro mil euros (4.000,00 €) para atividade, mediante a celebração de Protocolo, e a transferir após a assinatura do mesmo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lucrativos, (Correntes) e 080701 (investimentos) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas, 2018/5041- Investimentos.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos, (Correntes) e 080701 (investimentos) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas, 2018/5041- Investimentos.*-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.2.4.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Popular e Desportiva do Carvalho para apoio a obras de beneficiação no edifício sede e campo de jogos – Compromisso Plurianual:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 02/08/2017 foi deliberado atribuir o subsídio de 5.000,00 € à Associação Popular e Desportiva do Carvalho para apoio a obras de beneficiação no edifício sede e campo de jogos, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado nos termos do artigo 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----Nos termos da cláusula 4º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2017 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2018.-----

-----Em 22/12/2017 o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território emitiu sobre o assunto a seguinte informação técnica:-----

-----“A Associação Popular e Desportiva do Carvalho pretende realizar diversas interven-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ções de melhoramentos no seu edifício sede tais como:-----

----- Pinturas exteriores e interiores do edifício;-----

----- Colocação de caleiras em alumínio;-----

----- Picagem, lavagem e aplicação de massas projetadas em muros:-----

----- Revestir degraus exteriores com granito;-----

----- Pinturas de muros do campo de futebol.-----

-----O valor estimado para estas intervenções é de 11.000 €+IVA.-----

-----Atendendo a que o protocolo aprovado em reunião de Câmara de 02/08/2017 previu um subsídio no valor de 5.000,00 €, a atribuir a esta associação para intervenções no edifício sede durante o ano corrente, sou do parecer que o valor protocolado transite para o ano seguinte de 2018, permitindo assim a execução das obras em tempo e condições meteorológica mais adequadas."-----

-----Assim:-----

-----Considerando que nos termos da sua cláusula 2ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2017, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 18540/2017.-----

-----Considerando que nos termos da cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, uma vez que constitui obrigação de efetuar pagamentos em anos económico distinto do ano em que o compromisso é assumido.-----

-----Para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 29/12/2017.-----

-----Proponho que a Câmara:-----

-----Aprove a prorrogação, até ao final de 2018, do Protocolo celebrado com a Associação Popular e Desportiva do Carvalhal, bem como a repartição de encargos nos anos de 2017 e 2018.-----

-----Delibere conforme o disposto no artº. 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, submeter à Assembleia Municipal para que autorize a repartição de encargos inerente aos compromissos subjacentes, para o compromisso plurianual para o ano de 2018 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2017- 0,0 €; -----

-----Ano de 2018 – 5.000,00 €”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

6.2.5.-Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Desportiva de Vale de Paredes para Apoio obras de beneficiação no edifício sede – Compromisso Plurianual:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 02/08/2017 foi deliberado atribuir o subsídio de 5.000,00 € à Associação Cultural e Desportiva de Vale de Paredes para apoio a obras de beneficiação no edifício sede, a transferir mediante as condições do Protocolo celebrado nos termos do artigo 4º. do Regulamento de Apoio a Entidade Terceiras.-----

-----Nos termos da cláusula 4º. do Protocolo as verbas atribuídas são disponibilizadas mediante a comunicação escrita da evolução dos trabalhos confirmados pelo Chefe do Planeamento e Administração do Território da Câmara Municipal.-----

-----Durante o ano de 2017 aquela Coletividade não apresentou qualquer comunicação sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

evolução da obra, tendo no entanto informado verbalmente que a obra encontra-se a decorrer e que preveem a sua conclusão durante o 1º. semestre de 2018.-----

-----Em 06/02/2018 o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território emitiu sobre o assunto a seguinte informação técnica:-----

-----*“Da análise da pretensão desta Associação datada de 6 de setembro de 2016 e do protocolo celebrado com a Autarquia em 02/08/2017 venho informar do seguinte:-----*

-----*. A Associação Cultural e Desportiva de Vale de Paredes pretende realizar intervenções relativas a obras de manutenção e conservação de espaços interiores e ainda à edificação de um forno, churrasqueira e lava louças de apoio, no valor de 7.481 € conforme mapa e orçamento apresentado.-----*

-----*Atendendo a que o protocolo aprovado em reunião de Câmara de 02/08/2017 previu um subsídio no valor de 5.000,00 €, a atribuir a esta associação para intervenções no edifício sede durante o ano de 2017, sou do parecer que o valor protocolado transite para o ano seguinte de 2018, permitindo assim a execução das obras em tempo e condições meteorológicas mais adequadas.”-----*

-----Assim:-----

-----Considerando que nos termos da sua cláusula 2ª. o Protocolo é valido durante o ano de 2017, tendo sido efetuado o respetivo compromisso do encargo assumido na rubrica do orçamento 080701 sob o número sequencial 18542/2017.-----

-----Considerando que nos termos da cláusula 4ª. do Protocolo a Câmara pode transferir o apoio atribuído para o ano seguinte, configurando no entanto um compromisso plurianual nos termos da alínea a), do artigo 3º. da Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, uma vez que constitui obrigação de efetuar pagamentos em anos económico distinto do ano em que o compromisso é assumido.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 29/12/2017.-----

-----Proponho que a Câmara:-----

-----Aprove a prorrogação, até ao final de 2018, do Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Desportiva de Vale de Paredes, bem como a repartição de encargos nos anos de 2017 e 2018.-----

-----Delibere conforme o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, submeter à Assembleia Municipal para que autorize a repartição de encargos inerente aos compromissos subjacentes, para o compromisso plurianual para o ano de 2018 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2017- 0,00 €; -----

-----Ano de 2018 – 5.000,00 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.-ACÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-REDE SOCIAL:-----

7.1.1.-Teleassistência SOS Idosos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação datada de 2018/02/02 da Assistente Social do Município:-----

-----Assunto: *Proposta Continuidade de Serviço de Teleassistência a idosos – 2018:*-----

-----Como é do conhecimento superior de V. Exª., estão contratualizados à empresa Helpphone 25 aparelhos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----É meu entendimento que o concelho não deve ficar desprovido de serviço e que o mesmo deve ser generalizado, no próximo ano (5 idosos em lista de espera). A sua utilização, garante a segurança, vigilância, monitorização eletrónica e alarme das pessoas. Registe-se que o mesmo já “salvou vidas” e sobretudo:-----

-----1. Garantir o reforço da segurança dos idosos, particularmente dos que vivem sós.-----

-----2. Garantir as condições para que os idosos se sintam protegidos.-----

-----3. Apoiar os idosos nas suas necessidades.-----

-----4. Minorar as situações de isolamento e solidão.-----

-----5. Intensificar a proximidade aos idosos isolados.-----

-----À semelhança de outros “países desenvolvidos” na Europa e no Mundo, temos sentido uma profunda alteração da nossa estrutura etária e dimensão populacional.-----

-----O peso dos idosos e dos grandes idosos na estrutura populacional tem vindo a aumentar de forma significativa devido, por um lado, à diminuição dos nascimentos e, por outro, ao aumento da esperança de vida.-----

-----Como refere a Organização Mundial de Saúde (2002), o aumento da proporção da população idosa no total da população, bem como no número de idosos a residirem sozinhos, tem vindo a originar a problemática do isolamento social, considerada como uma preocupação a ter em consideração e a avaliar.-----

-----Atendendo aos resultados apurados nos Censos 2011 e outros dados estatísticos relevantes, este aumento é significativo, razão pela qual têm vindo a ser desenvolvidas ações, no sentido de minimizar os seus efeitos negativos junto da população idosa isolada ou a viveram sós.-----

-----Pelo exposto:-----

-----Proponho que se dê continuidade no ano em curso e este projeto cujo custo é de 4.500,00 € (mais IVA) na modalidade que está a ser desenvolvido e que o mesmo seja alargado a 5 utentes nos termos o orçamento apresentado (900,00 + IVA) ”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade dar continuidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ao projeto de teleassistência .-----

-----O desenvolvimento do respetivo processo de despesa é da competência do Senhor Presidente.-----

7.1.2.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Recuperação e reconversão da antiga Escola Primária de Espinho em Centro de Dia:----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

7.2. A-POIO SOCIAL ÀS VITIMAS DOS INCÊNDIOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento a seguinte informação datada de 2/02/2018, emanada pelo Gabinete de Crise:-----

-----“ASSUNTO: Apoio psicológico às vítimas dos incêndios.-----

-----Como é do conhecimento de V. Ex^a. continuamos a prestar o apoio social e psicológico e outros, às vítimas do incêndio de 15 de outubro 2017 .-----

-----Passados 3 meses observamos um elevado nível de stress e ansiedade da população podendo vir a desenvolver uma perturbação de Stress Pós-Traumático, caso não haja um acompanhamento contínuo.-----

-----Ao momento mantêm-se em consulta 54 vítimas diretas do incêndio e 12 idosos, conforme tabela abaixo transcrita.-----

Localidade	Pessoas apoiadas	Localidade	Pessoas apoiadas
Freixo	13	Felgueira	1
Barril	7	Chão de Vento	1
Riomilheiro	4	Mortágua	4
Pinheiro	2	Carvalhal	1
Vila Nova	1	Quilho	1
Cruz de Vila Nova	1	Póvoa	1
Chão Miúdo	7	Espinho	2
Almaça	4	Vale de Acores	3
Castanheira	2	Almacinha	3
Espinho	2	Vale de Paredes	5
Total			66



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Pelo exposto, se por um lado consideramos essencial dar continuidade ao trabalho até aqui desenvolvido pela psicóloga com as vítimas do incêndio, por outro julgamos que a mesma poderá constituir também uma mais valia no trabalho que se irá desenvolver com a população idosa particularmente a mais vulnerável e isolada.-----

-----Há ainda a considerar que esta disciplina do conhecimento poderá a médio prazo constituir uma valência na Unidade Móvel de Saúde à semelhança do que acontece noutros concelhos.-----

-----Caso V. Ex^a. considere a nossa proposta e a aceite, é nosso entendimento que se deve manter a quantia mensal (850,00 € - montante equivalente à Bolsa de estágio profissional). "

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade dar continuidade ao serviço de apoio social e psicológico.-----

-----A competência para o desenvolvimento do respetivo processo de despesa é do Senhor Presidente da Câmara.-----

8.-SAÚDE:-----

8.1.-PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE:-----

8.1.1.-Pedido de Autorização Prévia de Alteração de Compromisso Plurianual da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Mortágua:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalho.-----

9. -HABITACÃO E URBANIZAÇÃO:-----

9.1.-URBANIZAÇÃO – Pavimentação/Arranjos Urbanísticos, Arruamentos, Largos e Praças:-----

9.1.1.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada do Arranjo Urbanístico da Avenida Infante D. Henrique em Vale de Ações 1^a. Fase:-----

-----Foi retirado de trabalhos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.1.2.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos da Povoação da Gândara:-----

-----Foi retirada a Ordem de Trabalhos.-----

9.1.3.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Melhoria de Acessibilidades da Póvoa e Vale de Remígio:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalho.-----

9.2.-PLANEAMENTO URBANISTICO:-----

9.2.1.-Início do Procedimento de Alteração do Plano de Pormenor do Crafuncho:-----

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalho.-----

10.- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

10.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:-----

10.1.1.-Apoio à realização do Nelo Winter Challenge Montebelo Agueira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio eletrónico, enviado 14/01/2018, e registado nos serviços em 06/02/2018, da Visabeira Turismo, SA, dando conhecimento que no seguimento do sucesso dos anos anteriores se realiza Nelo Winter Challenge 2018, no dia 17 de fevereiro, a decorrer na Barragem da Agueira, Concelho de Mortágua.-----

-----Esta competição de Inverno, que integra duas provas, vai acolher os melhores remadores de todo o mundo, incluindo atletas medalhados olímpicos. O encontro vai juntar na Barragem da Agueira mais de trezentos (350) atletas e acompanhantes provenientes de vários países da Europa que durante o fim de semana visitarão Mortágua.-----

-----As condições da albufeira da Barragem da Agueira, e da unidade da Montebelo Hotels & Resorts, fazem com que o Montebelo Agueira Lake Resort e Spa se tenha transformado num dos maiores centros de treino e de estágio da canoagem a nível mundial, modalidade onde Portugal tem vindo a conseguir resultados assinaláveis.-----

-----Assim, considerando a complexa organização e logística do evento e que se reveste de grande importância para a promoção do Concelho dado o seu mediatismo na imprensa desportiva, solicita o apoio financeiro da Câmara no montante de quatro mil e quinhentos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

euros (4.500,00 €).-----

-----O retorno mediático do evento será assegurado pela imprensa desportiva, que estará presente durante a realização dos dois eventos, podendo a Câmara utilizar o espaço do Montebelo Aguireira para realizar ações de promoção do Concelho.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 02 06020305 – Outras despesas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, nos termos da alínea u) do n.º.1 do art.º. 33.º. da Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade comparticipar o evento com o montante de quatro mil e quinhentos euros (4.500,00 €) considerando que o mesmo é de interesse para o Município dada a sua repercussão no exterior.-----

10.2.- APOIO E PROMOÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL :-----

10.2.1.-Cedência de utilização de espaço no Ninho de Empresas de Mortágua – Constituição da empresa STRONGHOLD SECCURACY – SERVICES, LDª.:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica Superior Responsável pelo Ninho de Empresas datada de 26/01/2018, em que informa que na sequência da instalação no Ninho de Empresas do Projeto Empresarial apresentado pelo empreendedor Rúben Osvaldo Freitas dos Reis e Vítor Daniel Fresco Craveiro, aquele projeto empresarial deu origem à constituição da Empresa STRONGHOLD SECCURACY – SERVICES LDA, com início de actividade em 2017.12.22, com sede em Mortágua e tendo por Sócios Rúben Osvaldo Freitas dos Reis e Vânia de Matos Ferreira (em substituição de Vítor Daniel Fresco a Craveiro que deixou de fazer parte do projeto).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.3.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

10.3.1.-Pedido Autorização Prévia de Alteração de Compromisso Plurianual da Empreitada 1ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.3.2.-Pedido Autorização Prévia de Alteração de compromisso plurianual da Empreitada 2ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

10.3.3.-Retificação da área de Terreno Vendido à TRIA – SERVIÇOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, SA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o seguinte pedido apresentado pela TRIA-SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, S.A.:-----

-----“ Conforme é do conhecimento de V.Exª, em 8 de Setembro de 2016, a TRIA SA outorgou com o município de Mortágua, no ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara, uma escritura de compra e venda, tendo como objeto o prédio urbano, terreno destinado a construção, sito no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, da União das Freguesias de Mortágua,. Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua, a confrontar de norte e nascente com Fabriconsor, do sul com caminho e do poente com EN 228, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 2810 (artigo 2758 da extinta freguesia de Mortágua) e descrito na CRP de Mortágua sob o nº. 3965), conforme documentos 1 e 2 juntos.-----

-----Acontece que em vista da construção do edifício que pretendemos implantar no identificado prédio e na preparação dos elementos necessários para o efeito, verificaram que na sua medição, o mesmo tem afinal uma área real de 11.623m2, conforme documento 3 anexo (Planta topográfica) e não os 5.450 m2 que constavam na respetiva matriz e registo, que assim ficaram a constar naquela escritura, erro de medição que assim se impõe ser retificado.-----

-----Acresce que, para além da retificação da área, se impõe igualmente retificar o correspondente preço total, o qual foi determinado e pago, pelo valor acordado por m2, em função daquela área de 5.450 m2, pagando a ora Requerente, obviamente, o remanescente em falta”.-----

-----Assim, requere que a Câmara por deliberação, retifique o deliberado em reunião de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Câmara de 18 de Junho de 2014 e de 7 de Setembro de 2016, de forma a que a identificada escritura de compra e venda, outorgada em 8 de Setembro de 2016, na Conservatória do Registo Predial de Mortágua (processo 47404/2016) seja retificado, no sentido de passar a constar que o prédio urbano vendido, terreno destinado a construção, sito na EN 228, Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua, a confrontar de norte e nascente com Fabriconsor, do sul com caminho e do poente com EN 228, inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo 2810 (artigo 2810 da extinta freguesia de Mortágua) e descrito na CRP de Mortágua sob o número 3965, tem a área de 11.623 m2 e que o respetivo preço total de 1.159,51€".-----

-----A Câmara após apreciado o assunto, e tendo em consideração que está confirmado através de rigoroso levantamento topográfico, que o terreno possui a área de 11.623 m2 e não os 5.450 m2, deliberou por unanimidade:-----

-----1.-Retificar a deliberação do ponto 7.2.1 constante da ata da reunião de Câmara de 18 de Junho de 2014, por forma a constar que o terreno possui a área de 11.623 m2 e não os 5.450 m2 conforme ali mencionados.-----

-----2- Que o preço de venda do terreno com a área retificada para 11.623 m2, passará a ser de mil cento e cinquenta e nove euros e cinquenta e um cêntimos (1.159,51 €).-----

-----3- Autorizar o Senhor Presidente da Câmara a outorgar a escritura/procedimento de retificação do procedimento de compra e venda, outorgada em 8 de Setembro de 2016 na Conservatória do Registo Predial de Mortágua (processo 4704/2016), bem como a assinar tudo o necessário para as necessárias retificações, designadamente junto do Serviço de Finanças e Conservatória do Registo Predial.-----

10.4.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL:-----

10.4.1.-Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Quota de 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o documento nº.4, datado de 16/01/2018, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, referente à quota deste Município do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ano de 2018 no montante de sete mil oitocentos e sessenta e cinco euros (7.865,00 €).-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder ao pagamento da quota.-----

11.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

11.1.-REDE VIÁRIA MUNICIPAL - Novas Pavimentações e Beneficiações de Estradas Municipais:-----

11.1.1.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Execução da Rotunda da EN 234 – Monte Grande:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

11.2.-INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL – Conclusão da empreitada EN 234 Pontes Criz I e Criz II, EN234 – 6 Pontes São João de Areias:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência DCS/2018/3, de 03/01/2018, da Infraestruturas de Portugal, SA., através do qual informa que no passado dia 22 de dezembro ficou concluída a empreitada “EN 234 Pontes do Criz I e Criz II, EN 234 – 6 Ponte São João de Areias . Intervenção de Reforço estrutural em Pilares e Fundações .-----

-----A empreitada consistiu na Reabilitação/Substituição dos Pilares da Ponte sobre o Rio Criz I, com 4 pilares e um vão total de 180 m, da Ponte sobre o Rio Criz II, com 7 pilares e um vão total de 300 m, ambas na EN 234 e da Ponte de S. João de Areias, com 6 pilares e um vão total de 300 m, ambas na EN 234 e da Ponte de S. João de Areias, com 6 pilares e um vão total de 260 m, na EN 234 – 6, visando a implementação de um nível de segurança estrutural conforme requerido na regulamentação em vigor, e das dotar de condições de durabilidade adequadas.-----

-----Por último agradece toda a colaboração prestada pela Municipal no decorrer de todo o processo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

12.1.-CONTROLE E DESTRUIÇÃO DA VESPA VELUTINA NO CONCELHO DE MORTÁGUA EM 2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma informação do Comandante Municipal Operacional no âmbito do plano de ação para a Vigilância e Controlo da Vespa Velutina, cujo responsabilidade da destruição dos ninhos cabe à Câmara Municipal onde ocorrem, foram no ano de 2017 destruídos ao abrigo do planeamento do Serviços Municipal de Proteção Civil de Mortágua, com as parcerias estabelecidas, a totalidade de duzentos e noventa e cinco (295) ninhos.-----

-----Atendendo a que se perspectiva ainda para este ano, uma evolução com tendência para aumento do número de ocorrência, encontra-se já em desenvolvimento uma ação conjunta com o Agrupamento de Escuteiros de Mortágua no sentido destes efetuarem de forma pedagógica e ecológica construção de armadilhas para captura das vespas rainhas aquando da sua saída para construção de novas colónias. Armadilhas estas, que serão posteriormente distribuídas e recolhidas por todo o território concelhio.-----

-----Atendendo que se trata de um ano em que o número de ninhos pode aumentar exponencialmente, justifica-se desde já um reforço na ação de controlo vigilância e destruição de ninhos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

13.-ADMINISTRAÇÃO:-----

13.1.-MODIFICAÇÃO POR REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de inscrever nova rubrica no Orçamento de 2018, pelo Senhor Presidente foi presente, nos termos do ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei nº. 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, a proposta de Modificação ao Orçamento de 2018– Revisão número 1 , que apresenta os seguintes valores:-----

----- Inscrição de outras receitas – oito mil quatrocentos e sessenta e três euros e oitenta e três



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

cêntimos (8.463,83 €).-----

-----Depois de analisada e colocada à votação, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a modificação por revisão ao orçamento de 2018 e enviá-la à Assembleia Municipal para apreciação e votação na sua sessão ordinária do corrente mês, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

13.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – zero euros (0,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – cinquenta e dois mil euros (52.000,00 €).-----

-----Reforço despesas correntes – cinquenta e dois mil euros (52.000,00 €).-----

-----Anulação despesas correntes – zero euros (0,00 €);-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la.-----

13.3.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – vinte e um mil euros (21.000,00 €);-----

-----Modificação de Financiamento não definido – vinte e quatro mil euros (24.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aprova-la.-----

13.4.-LEI Nº.8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012 (LEI DOS COMPROMISSOS DOS PAGAMENTOS E COMPROMISSOS EM ATRASO- DECLARAÇÕES):-----

-----Considerando a Lei nº. 22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração à Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA).-----

-----Considerando as alíneas a) e b) do nº. 1 do artigo 15º. da LCPA, devem os dirigentes das entidades declarar que todos os compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos (estes referentes às receitas fiscais) em atraso, existentes a 31 de dezembro de 2017, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade.-----

-----Em cumprimento das alíneas a) e b) do nº.1 do artigo 15º. da LCPA foram presentes:-----

----- Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2017;-----

-----Declaração de pagamentos e recebimentos em atraso em 31/12/2017.-----

-----O Senhor Presidente informou que em cumprimento do nº.2 do citado artigo foram remetidas as aludidas declaração à Assembleia Municipal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

13.5.-ENCARGOS ASSUMIDOS EM 2017 PAGAMENTO DE FATURAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Técnico Superior da Unidade de Gestão Financeira dando conhecimento que nos termos da alínea a) do artº.3º. da Lei nº.22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, são compromissos plurianuais “Os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido”.-----

-----As faturas constante na relação daquela informação, que totalizam o montante de cinquenta e nove mil novecentos e quarenta e seis euros e setenta e nove cêntimos (59.946,79€) reportam a compromissos assumidos no exercício de 2017 e as respetivas faturas



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

apenas foram rececionadas e/ou emitidas no exercício de 2018 configurando nos termos do referido diploma compromissos plurianuais, carecendo deste modo os mesmos nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2912, de 21 de fevereiro de autorização prévia da Assembleia Municipal para a sua assunção.-----

-----Assim, deve o seu pagamento ser precedido de aprovação prévia pela Assembleia Municipal por forma a não violar a referida norma.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, e considerando que que não é imputável aos credores a razão do não pagamento, deliberou por unanimidade nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2912, de 21 de fevereiro solicitar autorização prévia da Assembleia Municipal da assunção do compromisso das faturas constantes na referida lista por forma proceder ao respetivo pagamento-----

13.6.-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL EM AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS E FORNECIMENTOS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----De acordo com o estipulado na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais são aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos distintos do ano em que o compromisso é assumido.-----

-----O n.º 3 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, que procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e que regulamenta a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, dispõe que “o regime previsto para a assunção de compromissos plurianuais aplica-se aos procedimentos de despesa que dão lugar a encargo orçamental em ano económico que não seja o da sua realização”.-----

-----No uso da competência da minha competência própria foram adjudicados/ ou renovadas em 2017 as aquisições de serviços e fornecimentos abaixo identificados.-----

-----Por motivos vários, não imputados aos adjudicatários, não foi possível a sua total



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

execução física e financeira até ao final do ano transato.-----

-----A despesa resultante destes procedimentos dá lugar a encargo orçamental que se repercute em mais de um ano económico.-----

-----A repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, está sujeita à autorização prévia pela Assembleia Municipal, dado cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 29/12/2017.-----

-----Neste sentido, propomos que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, a autorização para a repartição de encargos, ao abrigo das disposições previstas na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e artigo 24º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nos nºs, 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, dos procedimentos e respetivos valores que abaixo se indicam, com IVA incluído:-----

-----**1.- Entidade adjudicatária: LCPOWER, Soluções de Energia, S.A;**-----

-----Objeto do Procedimento: Substituição de condensadores AC e DC na UPS de forma a garantir o seu bom funcionamento;-----

-----Valor da adjudicação: 2.766,95 €;-----

-----Repartição de encargos: -----

-----Ano de 2017 - 0,00 €; -----

-----Ano de 2018 - 2.766,95;-----

-----Classificação orçamental: 070109;-----

-----Número sequencial de compromisso: 19615;-----

-----GOP: 11 001 2014/44.-----

-----**2.- Entidade adjudicatária: Espectro – Sistemas de Informação, S.A.**-----

-----Objeto do Procedimento: Aquisição de solução de armazenamento de alta disponibilidade - Cluster;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Valor da adjudicação: 84.107,65 €;-----
-----Repartição de encargos: -----
-----Ano de 2017 – 0,0 €;-----
-----Ano de 2018 – 84.107,65 €;-----
-----Classificação orçamental: 070107;-----
-----Número sequencial de compromisso: 19570;-----
-----GOP: 11 001 2014/42.-----

-----**3.-Entidade adjudicatária: Associação de Informática da Região Centro, Portugal;**-----
-----Objeto do Procedimento: Aquisição de solução de gestão documental e atualização da
solução de atendimento online;-----
-----Valor da adjudicação: 39.344,23 €;-----
-----Repartição de encargos: -----
-----Ano de 2017 – 0,0 €;-----
-----Ano de 2018 – 39.344,23 €;-----
-----Classificação orçamental: 070108;-----
-----Número sequencial de compromisso: 19587;-----
-----GOP: 11 001 2014/43.-----

-----**4.-Entidade adjudicatária: Saphety Level – Trusted Services, Lda. Portugal;**-----
-----Objeto do Procedimento: Implementação da fatura eletrónica para os fornecedores do
Município.-----
-----Valor da adjudicação: 6.088,50 €;-----
-----Repartição de encargos:-----
-----Ano de 2017 – 0,0 €;-----
-----Ano de 2018 – 6.088,50 €;-----
-----Classificação orçamental: 020220;-----
-----Número sequencial de compromisso: 16539.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----5.-Entidade adjudicatária: **Our Time Our Story, Ld^a.**;-----

-----Objeto do Procedimento: Aquisição de bens e serviços denominada de “Centro Interpretativo das Invasões Francesas – Sistemas interativos e multimédia;-----

-----Valor da adjudicação: 54.802,65 €;-----

-----Repartição de encargos:-----

-----Ano de 2017 – 49.469,37 €;-----

-----Ano de 2018 – 5.333,28 €;-----

-----Classificação orçamental: 070109 e 070113;-----

-----Número sequencial de compromisso: 18786, 18787 e 18788;-----

-----GOP: 08 001 2017/11.-----

-----6.-Entidade adjudicatária: **IEBA – Cento de Iniciativas Empresariais;**-----

-----Objeto do Procedimento: Elaboração da Carta Associativa;-----

-----Valor da adjudicação: 2.490,75 €;-----

-----Repartição de encargos:-----

-----Ano de 2017 – 0,00 €;-----

-----Ano de 2018 – 2.490,75 €;-----

-----Classificação orçamental: 020220;-----

-----Número sequencial de compromisso: 17583.-----

-----7.-Entidade adjudicatária: **Fernanda Maria Costa, Unipessoal, Ld^a.**-----

-----Objeto do Procedimento: Elaboração da delimitação da Rede Ecológica Nacional (REN) do Concelho de Mortágua (revisão do PDM);-----

-----Valor da adjudicação: 14.760,00 €;-----

-----Repartição de encargos: -----

-----Ano de 2017 – 7.380,00 €;-----

-----Ano de 2018 – 7.380,00 €;-----

-----Classificação orçamental: 020214;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Número sequencial de compromisso: 17936;-----

-----GOP: 05 004 2018/5061.-----

-----**8.-Entidade adjudicatária: MG Arquitetura, Unipessoal, Lda.**-----

-----Objeto do Procedimento: Elaboração da segunda alteração ao Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira;-----

-----Valor da adjudicação: 5.289,00 €;-----

-----Repartição de encargos: -----

-----Ano de 2017 -3.936,00 €;-----

-----Ano de 2018 - 1.353,00 €;-----

-----Classificação orçamental: 020220;-----

-----Número sequencial de compromisso: 16539;-----

-----GOP: 05 004 2018/5016;-----

-----**9.-Entidade adjudicatária: aresta projetos, consultadoria e formação, Lda.**-----

-----Objeto do Procedimento: Elaboração do projeto para a requalificação da Alameda da Igreja e da Avenida Dr. Assis e Santos;-----

-----Valor da adjudicação: 16.605,00 €;-----

-----Repartição de encargos:-----

-----Ano de 2017 - 8.302,50 €;-----

-----Ano de 2018 - 8.302,50 €;-----

-----Classificação orçamental: 070115;-----

-----Número sequencial de compromisso: 17929;-----

-----GOP: 05 004 2016/2.-----

-----**10.-Entidade adjudicatária: aresta projetos, consultadoria e formação, Lda.**-----

-----Objeto do Procedimento: Elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) para a execução da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Vale de Açores e Mortágua;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Valor da adjudicação: 19.095,00 €;-----

-----Repartição de encargos:-----

-----Ano de 2016 – 5.719,50 €;-----

-----Ano de 2017 – 7.626,00 €;-----

-----Ano de 2018 – 953,50 €;-----

-----Classificação orçamental: 070115;-----

----- Número sequencial de compromisso: 14250/2016;-----

-----GOP: 05 004 2016/1;-----

-----**11.-Entidade adjudicatária: José Lopes Mira, Ld^a.**-----

-----Objeto do Procedimento: Prestação de serviço de desmatção com máquina giratória na execução da obra do caminho florestal da Sula ao Ninho da Águia;-----

-----Valor da adjudicação: 5.300,00 €;-----

-----Repartição de encargos: -----

-----Ano de 2017 – 0,00 €;-----

-----Ano de 2018 – 5.300,00 €;-----

-----Classificação orçamental: 020225;-----

-----Número sequencial de compromisso: 18803;-----

-----**12.-Entidade adjudicatária: Paulosauto, Ld^a.**-----

-----Objeto do Procedimento: Grande reparação da Rectro Cat 432 D (1)- BLD 02895 MAT.85-NS-28;-----

-----Valor da adjudicação: 5.971,50 €;-----

-----Repartição de encargos:-----

-----Ano de 2017 – 0,00€;-----

-----Ano de 2018 – 5.971,50 €;-----

-----Classificação orçamental: 0701102;-----

-----Número sequencial de compromisso: 19566;-----

-----GOP: 11 002 2014/49.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade submeter à Assembleia Municipal, a autorização para a repartição de encargos, ao abrigo das disposições previstas na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e artigo 24º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nos nºs, 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

13.7.-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL DA EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE CAPARROSINHA:-----

-----Foi retirado da Ordem de Trabalho.-----

13.8.-DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a comunicação da Senhora Vereadora Dr. Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos, datada de 01/02/2018, em que, na qualidade de representante da Câmara, designada conforme o disposto na alínea a) do artº. 17º. da Lei 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação, na Reunião de Câmara de 4/12/2013, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco no Concelho de Mortágua, e eleita posteriormente Presidente da mesma, informa que renúncia, a partir daquela data por motivos profissionais, ao mandato da comissária daquela comissão.-----

-----Assim, o Senhor Presidente informou que é necessário proceder à designação de um novo membro para representar a Câmara na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Mortágua.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, designar o Senhor Presidente para representar o Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

14.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

14.1.-PROCESSO Nº. 01/2017/228 DE ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO – PAVILHÃO CUNICULA DA CORTAGRI – CORTEGAÇA AGRÍCOLA, Lda. :-----

-----O Senhor Presidente ausentou-se da reunião durante a apreciação e votação deste ponto, uma vez se considerou impedido de tomar qualquer decisão sobre o mesmo, assim pelo Senhor Vice-Presidente foi presente o despacho do Senhor Presidente, datado de 2/02/2018 e que a seguir se transcreve: O artigo 4º., alínea iv) do Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei nº. 29/87, de 30 de junho, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº. 52-A/2005, de 10 de outubro, determina que no exercício das suas funções os eleitos locais estão vinculados a certos princípios, sendo um deles o não intervir em processo administrativo, ato ou contrato de direito privado ou público, nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa.-----

-----Por outro lado, em matéria de impedimentos rege o nº. 1 do artº. 69º. do CPA, que os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, quando nele tenham interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa; -----

-----Outrossim é entendimento que o conceito de intervenção não se deve cingir apenas à fase da decisão mas deve também abranger todos os procedimentos de instrução da mesma bem como os atos de execução da decisão.-----

-----Ora, de acordo com o consagrado no artigo 70º. do CPA:-----

-----Quando se verifique causa de impedimento relativamente a qualquer eleito local deve o mesmo comunicar o facto ao presidente do respetivo órgão.-----

-----Compete ao presidente do órgão conhecer da existência do impedimento e declará-lo, exceto se se tratar de impedimento do próprio presidente em que a decisão sobre o incidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

competete ao próprio órgão colegial, sem intervenção do presidente.-----

-----Deste modo considerando que:-----

-----1- Em Reunião de Câmara de 25/10/2013 foi delegada no Presidente da Câmara a seguinte competência prevista no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, com a nova redação dada pelo Decreto – Lei nº. 177/2001, de 4 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 60/2007, de 4 de setembro, nos termos dos nº. 1 e 4 do artº.5º., alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de setembro: *“a) Do nº.1 do artº. 5º com exceção da aprovação do licenciamento das operações de loteamento em área não abrangida por Plano de Pormenor ou abrangida por Plano de Pormenor que não contenha as menções constantes das alíneas a), c), d), e) e f) do nº. 1 do artº. 91º. do Decreto - Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro (alínea a) do nº. 2 do artº. 4º. do Decreto – Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação);-----*
-----b) Do nº.4 do artº. 5º com exceção das informações prévias das operações de loteamento.”.-----

-----2- A Firma Cortagri - Cortegaça Agrícola, Ldª. com o NIPC 503846366, com a natureza jurídica de Sociedade por quotas, com sede na Rua Principal, nº.23, em Cortegaça, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, na qual detenho uma quota, veio requerer, em conformidade com o disposto no Decreto – Lei nº.555/99, de 16/12, na sua atual redação o licenciamento de alterações de edifício, destinado a “Pavilhão Cunicula”.-----

-----Verifica-se, assim, a existência de impedimento na minha intervenção nos processos relacionados com empresa em apreço, em consonância com as disposições legais referidas, pelo que nos termos e para efeitos de cumprimento do nº. 1 do artigo 71º. do CPA suspendo a minha atividade neste procedimento, devendo a Câmara decidir este incidente à luz do nº. 5 do artigo 70º. do CPA.”.-----

-----Assim ,a Câmara declarou o impedimento do Senhor Presidente na tomada de decisão deste assunto.-----

-----De seguida pelo Senhor Vice- Presidente foi presente o processo nº.01/2017/228, reqº.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

n.º 758/2017, registado em 24/11/2017, da Firma Cortagri - Cortegaça Agrícola, Lda com o NIPC 503846366, com a natureza jurídica de Sociedade por quotas, com sede na Rua Principal, n.º 23, em Cortegaça, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, em que requer, em conformidade com o disposto no Decreto – Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua atual redação o licenciamento de alterações de edifício, destinado a “Pavilhão Cunicula”, bem como o requerimento n.º 01/2018/62, registado em 26/01/2018, em que requer o arquivamento deste processo de obras uma vez que pretende desistir do mesmo, uma vez que não se encontra devidamente instruído nos termos legais, e pretende apresentar um novo processo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o arquivamento do processo n.º 01/2017/228.-----

14.2.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS N.º 01/2015/41, DE CONSTRUÇÃO DE GARAGEM, NA AVENIDA DO REGUENGO N.º 173, VILA MEÃ:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo n.º 01/2015/41 em nome Sidónio Gomes Portelada, residente em Av. do Reguengo, Vila Meã, referente à construção de uma garagem, sita na Av. do Reguengo, n.º 41, em Vila Meã, Freguesia do Sobral, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 06/12/2017, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º e n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, foi notificado através do ofício referência, 3812 de 22/12/2017, o requerente Sidónio Gomes Portelada, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2015/41, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 22/2017, cujo término ocorreu a 11/05/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação uma vez que as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----De acordo com a informação da gestora do processo datada de 15/1/2018 decorrido o prazo para audiência prévia ao interessado, que terminou a 12/01/2018, o mesmo não se pronunciou nem juntou qualquer elemento ao processo.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.-----

14.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2015/211, ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo n.º. 01/2015/211, em nome de Armando Rosa, residente na Rua das Rosas, n.º. 4, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça referente à Alteração e Ampliação de Edifício destinado a habitação, sito na Rua das Rosas, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 06/12/2017, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º e n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação RJUE, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigos 121.º e seguintes do CPA, foi notificado através do ofício refº, 3813 de 22/12/2017, o requerente Armando Rosa, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano, após a sua notificação, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----De acordo com a informação da gestora do processo datada de 15/01/2018 decorrido o prazo para audiência prévia ao interessado, que terminou a 12/01/2018, o mesmo não se pronunciou nem juntou qualquer elemento ao processo.-----

-----Assim o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere, em conformidade com o disposto no nº.2 do artº. 71 do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade em conformidade com o disposto no nº.2 do artº. 71 do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

14.4.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/68, AMPLIAÇÃO DE ANEXO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/68, em nome de Sarmiento Marques Gomes, residente na Rua da Cascalheira, nº. 11, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça referente à Alteração e Ampliação de Edifício destinado a habitação, sito na Rua das Rosas, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade do licenciamento para a realização da operação urbanística.-----

-----Depois de analisado o processo verifica-se que:-----

-----1.-O pedido de licenciamento supra mencionado foi deferido por despacho de 17/11/2016,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

tendo sido comunicado tal facto ao requerente pelo ofício referência DAGF/AG – 6408, 23/11/2016, e que o mesmo dispunha de um (1) ano para requerer o respetivo alvará de construção, sob pena de caducidade do mesmo.-----

-----2.-Nunca foi entregue qualquer pedido para requerer o alvará da licença estando o prazo ultrapassado.-----

-----3.- Em 15/12/2017 foi emitido despacho pelo Senhor Presidente da Câmara em que, considerando que terminou o prazo de um ano estabelecido no nº.2 do artigo 71º. do RJUE, para ser requerida a emissão de alvará de licença, sem que o Requerente tenha procedido em conformidade, determinou que se notificasse a requerente para no prazo de dez (10) dias exercer o seu direito de audiência expondo, por escrito, o que tiver por conveniente, sob pena de ser declarada a caducidade da licença, em cumprimento do preceituado no nº. 5 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e dos artigos 121º. e 122º. do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----4.-Em 28/12/2017 foi o requerente notificado pelo ofício nº. DAGF/AG – 3915, do teor do referido despacho, no qual lhe foi concedido o prazo de dez (10) dias, para nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º. e 122º. do CPA (Audiência Prévia), vir dizer, por escrito o que se lhe oferecesse relativamente ao teor do mesmo. Aquele prazo terminou em 18/01/2018, sem que nada viesse dizer ou apresentar. -----

-----5.-De acordo com o disposto no nº.2 do artigo 71º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a licença caduca se não for requerido a emissão do respetivo alvará no prazo estipulado e respetivas prorrogações.-----

-----6.-De acordo com o estabelecido no nº.5 do citado artigo, a caducidade deve ser declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado.-----

-----Assim, atendendo que:-----

-----1.-A licença para a realização das operações urbanísticas relativas à edificação caduca «se no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento não for requerida a emissão do respetivo alvará», conforme previsto no artigo 71.º, n.º 2, alínea d) do Regime



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. -----

-----2.-A caducidade referida no citado artigo não tem, contudo, carácter automático. Na verdade, conforme ressalta do n.º 5 do citado artigo «A caducidade prevista no n.º 2 é declarada pela câmara municipal, com audiência prévia do interessado».-----

-----3.-O caso em apreço, reflete uma circunstância objetiva de ultrapassagem de prazo, a caducidade já se encontrará constituída, sendo que a declaração de caducidade por parte da Câmara Municipal terá uma eficácia meramente declarativa, até porque, se encontra acometida ao Município uma obrigação legal de pronúncia administrativa no sentido de declarar a caducidade do licenciamento. -O Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal aprecie e delibere:-----

-----1.- Notificar o Requerente que é intenção do Executivo ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação.-----

-----2.-Conceder ao Requerente o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade notificar o Requerente que é intenção do Executivo ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, declarar a caducidade do ato que deferiu o licenciamento da operação urbanística, atendendo a que o requerente não requereu a emissão do alvará no prazo de um ano e sua prorrogação, concedendo o prazo de dez (10) dias úteis, para dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, a fim de ser tomada a decisão final, conforme o disposto



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

no artigo 71.º, n.º 5 do RJUE em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA).-----

14.5.-PROCESSO Nº. 06/2018/2, DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2018 em que é requerente AM Matos Paiva S.A. , com sede em Rua do Fontelo, nº.16 – Gumirães, Santa Maria, Viseu, com o número fiscal de contribuinte 505289911, através do qual vêm requerer ao abrigo do artigo 6º. do Decreto – Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei nº. 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sito em Rua Dr. João Lopes de Moraes nº. 1 e Rua Tomás da Fonseca, nº.6, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo 3167 e 3168 e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 1754, terreno tem a área de 1.333, 40 m2.-----

-----Sobre o processo o Chefe de Divisão de Administração do Território, emitiu em 15/01/2018, Parecer Técnico referindo que as duas parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos/vias públicas e conclui que estão reunidas as condições para deferimento da operação urbanística.-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo Parecer Técnico a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão de destaque de parcela.-----

14.6.-PROCESSO Nº. 02/2017/3, Loteamento Urbano dos Lobos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 02/2017/3, relativo à operação de loteamento denominado “Loteamento Urbanos dos Lobos” que Abraltino Barbosa de Moraes Lobo e Outros, residente na Rua Albano Moraes Lobo, nº.3, Mortágua, pretende levar a efeito no prédio rústico, situado entre a Rua Dr. João Lopes de Moraes e a Avenida Dr. José Assis e Santos, em Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz predial sob o artigo 3964 da dita União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º 1422 .-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Da Memória Descritiva do Loteamento constam os seguintes Dados Quantitativos da Proposta:-----

Nº. Lote	Área	Área de Implantação Máxima	Área Bruta de construção acima do solo	Volume de construção acima do solo	Nº. Pisos abaixo da cota da soleira	Nº. Pisos acima da cota da soleira	Cércea	Fogos	Função
1	343,58	224,07	672,21	2329,00	1	3	10	6	Hab.(pisos 1 e 2) e comércio (pisos 0)
2	136,40	136,40	409,20	1556,10	1	3	10	2	Hab.(pisos 1 e 2) e comércio (pisos 0)
3	244,93	182,01	546,03	1100,00	1	3	10	4	Hab.(pisos 1 e 2) e comércio (pisos 0)
4	186,42	132,43	264,86	900,00	1	2	6	1	Habitação
5	358,60	245,59	491,18	1800,00	1	2	6	1	Habitação
Total	1269,9	920,50	2383,48						-----

Área de cedência para Espaços Verdes e Equipamentos	733,31 m2
---	-----------

Área Total da Propriedade	2003,21 m2
---------------------------	------------

Área total da Propriedade – 2003,21 m2
Área total da Propriedade a lotear -2003,21 m2
Área Total do Terreno Utilizável – 2003,21 m2
Área de construção total – 2227,22 m2
Área de Implantação total – 920,50 m2
Índice de Utilização do Solo – (CAS) -1,1
Índice de Ocupação do Solo – (COS) – 0,45

----O Senhor Presidente informou que as operações do loteamento foram aprovadas na Reunião de Câmara de 05/07/2017, nos termos e condições indicadas na memória descritiva e informação do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, bem como as Taxas pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanas no valor de mil quatrocentos e quinze euros e sete centimos (1.415,07 €), (artigos 41º, 42º, 43º. e 44º. do Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e Taxas), a compensação em numerário



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

referente ao artigo 54º. do Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e Taxas no valor de cinco mil quinhentos e quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos (5.545,37 €), a área de cedência para o domínio do Município de 733,31 m² e a compensação em numerário de seis mil novecentos e noventa e três euros e quarenta e dois cêntimos (6.993,42 €) e referente ao diferencial da área de cedência obrigatória para o Município (983.075 m² – 733,31 m³ = 249,765 m²), estando dispensado do procedimento de consulta pública nos termos do disposto no nº 2 do artigo 22º. do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo decreto-lei nº 136/2014, de 09 de setembro, artigo do RMUET.-----

-----No entanto verificou-se a necessidade de proceder a uma análise ao mesmo em relação às taxas e área de cedência.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar parecer à CCDRC sobre o presente processo de loteamento urbano.-----

14.7.-AUTO DE NOTICIA DE CONTRA ORDENAÇÃO Nº. 6/2018 DA GNR DE SANTA COMBA DÃO, CONTRAÇÃO AO DECRETO – LEI Nº. 169/2012, DE 1 DE AGOSTO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação número 16/2018 da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a MGSCARPINTARIAS, UNIPessoal, LDª. , com sede em Lote 10, Fração 1º. Quinta de São Domingos, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, por no dia 6/01/2018, no Beco do Infante nº.7, na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, ter verificado a existência de uma serralharia (estabelecimento industrial de tipo 3) a laborar há aproximadamente 4 anos, sem o respetivo licenciamento/mera comunicação prévia da atividade o que constitui infração ao disposto nos números 1 a 4 do artigo 33º. do Decreto - Lei número 169/2012, de 1 de agosto, punível pela al. j), nº.2 e 3, artº. 75º. do mesmo diploma legal, e a que corresponde a coima de cinco mil euros (5000,00 €) a quarenta e quatro mil euros (44000,00 €) por se tratar de pessoa coletiva.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear como instrutor do processo a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

14.8.-AUTO DE NOTICIA DE CONTRA ORDENAÇÃO Nº. 9/2018 DA GNR DE SANTA COMBA DÃO, CONTRAVENÇÃO AO DECRETO – LEI Nº. 169/2012, DE 1 DE AGOSTO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação número 9/2018 da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a Augusto Sancho, residente em Rua Principal, nº. 46, Marmeleira, Freguesia da Marmeleira, Concelho de Mortágua, por no dia 6/01/2018, na Rua Principal, nº. 46, Marmeleira, Freguesia da Marmeleira, Concelho de Mortágua ter verificado a existência de uma serralharia (estabelecimento industrial de tipo 3) a laboral sem o respetivo licenciamento/mera comunicação prévia da atividade o que constitui infração ao disposto nos números 1 a 4 do artigo 33º. do Decreto - Lei número 169/2012, de 1 de agosto, punível pela al. j), nº.2 e 3, artigo 75º .do mesmo diploma legal, e a que corresponde a coima de quinhentos euros (500,00 €) a cinco mil euros (5000,00 €) por se tratar de pessoa singular.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear como instrutor do processo a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

14.9.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 144/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2017/207, LEGALIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO MELIGIOSO (ALÍNEA D) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Foi presente o requerimento do Centro Desportivo, Recreativo e Cultural do Meligioso, registado sob o nº.44/2018 a requerer a isenção de pagamento da taxa no mil e quinhentos e nove euros e sessenta e seis cêntimos (1.509,66 €), referente ao licenciamento do processo nº.1/2017/207, de legalização do edificio sede daquela Associação.-----

-----Conforme o previsto na alínea d), do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “ Entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais, recreativas ou outras que, na área do Município, prossigam fins de interesse público.”.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2, do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão ao Centro Desportivo, Recreativo e Cultural do Meligioso da isenção de pagamento de taxa no valor de mil quinhentos e nove euros e sessenta e seis cêntimos (1.509,66 €), referente ao licenciamento do processo nº.1/2017/207, de legalização do edifício sede daquela Associação.

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Figueira Breda

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----